

PREFÁCIO*

A palavra prefácio deriva do latim e *prae* (antes) e *fatio* (dito). Trata-se de um texto introdutório que precede à obra propriamente dita, e seu objetivo é dar a conhecer o seu conteúdo para “motivar” e “preparar” o espírito do/a leitor/a para o que virá a seguir.

Desde já, devo admitir que eu mesmo fiquei motivado e preparado para ler e escrever o Prefácio deste livro organizado pelas pessoas educadoras **Tiago Zanquêta de Souza e Gercina Santana Novais**, devido, inicialmente, ao fato de que vocês que escreveram cada um dos capítulos que compõem esta obra, souberam apresentar e demonstrar do ponto de vista ético-político-pedagógico e epistemológico, o seu compromisso com a construção de um projeto histórico de sociedade e educação, dedicado à formação universalmente emancipatória dos sujeitos, sejam estes estudantes e docentes da Educação Básica, ou estudantes e docentes do ensino superior ligados aos processos de formação de professores e professoras.

Trata-se de um livro que apresenta uma crítica radical à lógica metabólica do sistema do capital. Um livro que debate criticamente os problemas da educação básica e da Educação de Jovens e Adultos (EJA) incluindo aqui as políticas de formação docente promovidas pelo ensino superior. Um livro que estabelece relações críticas entre a educação básica e as instituições de ensino superior, e que, ao mesmo tempo, debate a importância da relação indissociável entre o ensino, a pesquisa e a extensão à luz de um referencial ético-político e filosófico-pedagógico ancorado, objetivamente, nos princípios e fundamentos históricos, epistemológicos e metodológicos da **Educação Popular**.

De acordo com a academia, em tese, não cabe em um prefácio, aprofundar sobre determinado assunto, mas considero aqui necessário dizer à pessoa leitora desta obra, que a Educação Popular pode ser compreendida como uma filosofia e uma estratégia de intervenção educacional ancorada numa *práxis* que se pretende “superadora” de toda e qualquer relação de exploração/dominação entre os seres humanos, e entre estes e o meio ambiente; uma *práxis* filosófico-pedagógica ancorada nos princípios da laicidade e na defesa irrestrita de um Estado democrático,

*DOI – 10.29388/978-65-86678-84-0-0-f.13-20

capaz de garantir iguais oportunidades de crescimento e desenvolvimento para todos e todas, sem exceções de classe social, gênero, raça/etnia, orientação sexual, condição física/mental e geracional; uma práxis metodologicamente guiada pelos princípios da dialogicidade e da amorosidade, tal como devidamente preconizados pelo educador Paulo Freire; uma proposta de educação cujo maior objetivo é, em última instância, proporcionar às pessoas educadoras e educandas a possibilidade de construir dialeticamente uma escola crítica e construtiva enquanto se transformam em sujeitos capazes de “serem mais” (FREIRE, 2010)¹: mais humanizados, mais críticos, mais solidários e mais alteritários. Enfim, sujeitos universalmente emancipados, não para se adaptarem, mas para partilharem das lutas pela construção de outro mundo possível. Um mundo onde as pessoas possam finalmente, viver felizes; um mundo, que como bem diria Aristóteles, exigiria assumir uma forma de existência onde todos e todas possam viver sem carências e sem excessos, sendo que este seria, ao mesmo tempo, o princípio fundamental de resolução de todo e qualquer problema de natureza humano-social.

Desta forma, apresento, em primeiro lugar, a Pedro José Santos Carneiro Cruz e Renan Soares de Araújo, escritores do capítulo “**Extensão Popular: Conceito, História e Perspectivas**”, os quais, tomando como bases a sua experiência de pesquisa e sua participação num coletivo de amplitude nacional, descrevem e analisam o conceito de Extensão Popular à luz do estudo da sua historicidade, considerando dentre outras questões relevantes, “a necessidade de decolonizar a extensão universitária e a produção de conhecimento” (p.8) diante dos desafios apresentados às ações extensionistas comprometidas com o fortalecimento de uma concepção e práxis cidadã e democrática de universidade.

Em “**Universidade e Educação Básica: Os Grupos de Pesquisa e Extensão Popular**”, Gercina Santana Novais e Olenir Maria Mendes debatem as possibilidades de aproximação entre a universidade, a sociedade e a Educação Básica em tempos de pandemia, e, assumindo uma postura crítica perante este momento tão difícil, principalmente para as camadas populares, relatam e avaliam a experiência do Grupo de Estudos e Pesquisas em Avaliação Educacional (GEPAE) e do Grupo de Pesquisa em Educação e Culturas Populares - (GPECPOP), ambos da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Depois de contextualizar e descrever parte

¹ FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

dos motivos responsáveis por tantas desigualdades sociais no país, as autoras ressaltam a necessidade de continuar a disputar e construir projetos de ensino, pesquisa e extensão relacionados com a Educação Básica, comprometidos efetivamente com as lutas dos movimentos de resistência, tomando como base a Extensão Popular.

Como resultado de uma série de reflexões teóricas sobre suas experiências nas áreas do ensino, da pesquisa e da extensão, *Tiago Zanquêta de Souza* e *Valéria Oliveira de Vasconcelos* procuram em **“Educação Popular e Extensão Popular: Militância, Práxis E Experiências”**, “contribuir com o debate acerca do fazer da Educação Popular e da Extensão Popular, como possibilidade de articulação entre ensino, pesquisa e extensão, numa perspectiva militante, com vistas à emancipação, ao exercício da solidariedade, como caminho que auxilie, também, na superação dos desafios inerentes ao que a pandemia nos impõe hodiernamente” (p.40). Além de demonstrar o valor e a importância atual da Educação Popular, Tiago e Valéria questionam as consequências da colonialidade e suas relações eurocêntricas materializadas historicamente no racismo, machismo, na heteronormatividade e na lógica do capital, ao mesmo tempo em que argumentam e defendem as lutas pela promoção de uma educação básica pública, laica e de qualidade. Luta esta, que também demanda substanciais esforços por parte de professores/as e pesquisadores/as do ensino superior no combate aos “efeitos oriundos da necropolítica e da reprodução da ideologia dominante, em suas mais diversas facetas” (p.56).

Cícero José Alves Soares Neto apresenta no capítulo **“A produção Monográfica nas Ciências Humanas, a resistência discente e a política extensionista: UFU (1985-2015)”** três grandes questões para apresentação e discussão. Primeiro, resgata e analisa historicamente uma proposta de trabalho relacionada com a produção monográfica nos cursos das Ciências Humanas da Universidade Federal de Uberlândia, buscando compreender os motivos da “resistência do corpo discente à implantação de um sistema de avaliação semestral e anual do trabalho monográfico, no período de 1985-2015”. Em seguida o autor analisa e critica dialeticamente esse processo de resistência docente, para finalizar, num terceiro momento, registrando as implicações da adoção de uma política de extensão universitária implantada na comunidade universitária, por intermédio do Grupo de Estudos Metodológicos da universidade (GEM/UFU), entendendo esta como um “canal de socialização da produção de iniciação científica da

comunidade discente, por meio da realização de encontros de iniciação científica, frente ao movimento de resistência discente à produção monográfica descrito e analisado ao longo deste trabalho.

Marineide de Oliveira Gomes debate no seu capítulo **“Os Estágios Curriculares Supervisionados em Cursos de Licenciatura: Ensino, Pesquisa e Extensão”**. Tomando como base a crítica das políticas de formação docente, a autora problematiza em torno do desafio de construir unidade entre teoria e prática em cursos de Licenciatura, evidenciando alguns pressupostos do Programa de Residência Pedagógica da Capes (2018), entendendo este como uma proposta de estágio curricular. Em seguida, depois de realizar uma análise crítica do referido programa “em face de outro Programa de Residência Pedagógica (da Universidade Federal de São Paulo/ Unifesp - campus Guarulhos)” (p.72). Posteriormente, depois de debater sobre as perspectivas de formação docente que sustentam esses dois Programas, *Marineide* apresenta uma série de reflexões relacionadas com a responsabilidade política de formar professores e professoras por meio da necessária promoção da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e da relação crítica entre a escola pública e a universidade.

No artigo, **“A relação universidade e educação básica como compromisso ético: os diálogos interculturais entre garrafadas e fármacos na formação de professores”**, *Danilo Seithi Kato*, *Laís de Souza Rédua* e *Glória Beatriz da Silva Honorato* refletem criticamente sobre os processos de formação de professores do campo das Ciências da Natureza no Brasil, enquanto política pública, apontando seus limites e possibilidades de desenvolvimento ético-político e intercultural, com base no estabelecimento, nesses processos, da necessária relação teórico-prática entre o ensino, a pesquisa e a extensão universitárias. Tomando como base a observação participante de uma experiência extensionista, os autores destacam que, “Ao encarar a conjuntura de uma educação urbanocêntrica e os silêncios das práticas e conhecimentos ancestrais produzidos por ela, é importante que os conhecimentos tradicionais estejam na pauta do processo formativo de professores de Ciências, para que isso possa ressoar na sociedade. Assim, explorando do sentido da Pedagogia da Alternância para incitar a educação pela problematização e controvérsia assume um repensar sobre as identidades de forma que o sujeito seja considerado a partir da valorização de suas raízes culturais]’ (p.100).

A partir da crítica da “colonialidade” do saber, do ser e do poder na América Latina, *María Sol Villagómez Rodríguez* descreve e analisa em **“La**

formación de maestros para una escuela intercultural en el Ecuador", a trajetória e as contribuições da Educação Intercultural Bilingue (EIB) nesse país, seguido de uma reflexão crítica sobre a relação Universidade - Escola básica tomando como base o estudo de uma experiência de formação docente para a escola intercultural bilíngue promovida pela Universidade Salesiana do Equador (UPS). Tomando como base uma série de questões problematizadoras, a autora destaca, dentre outros aspectos, que as pessoas educadoras deste campo de atuação, têm a responsabilidade histórica de incluir, integrar e valorizar criticamente os princípios da diferença e da alteridade, enquanto eixos centrais e desafios presentes e futuros da EIB.

Adelino José de Carvalho Dias apresenta o capítulo **"Educação transformadora e Ciência na ordem capitalista: é possível servir a dois senhores?"** com a finalidade de problematizar até que ponto a instrumentalização do conhecimento em favor dos interesses do mercado foi capaz de definir o modelo de educação projetado no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988, e quais foram as principais repercussões desta ação nos espaços em que se materializa a educação no Brasil das últimas décadas. Depois de debater as relações entre educação e ciência, o autor, analisa a ordem jurídica no campo da educação e conclui, dentre outras questões, que a transformação da educação requer o reconhecimento da ampliação de sua concepção para além do que anunciam os documentos que a organizam, como única possibilidade possível para "avançar em direção ao rompimento de uma lógica que pressupõe servir a dois senhores e que se materializa a partir da ação e dos anseios de diferentes interesses humanos" (p.131).

No capítulo **"Educação do Campo e à Distância: Antagonismo aberto na luta pela Libertação"**, Sara Ferreira de Almeida, parte do pressuposto de que em tempos de pandemia, encontra-se sob risco o elemento substancial da Educação – *a práxis*, para debater criticamente no contexto da pandemia, a modalidade da Educação a Distância (EaD) na Educação do Campo, utilizando como referências, as obras de Paulo Freire e de Enrique Dussel. Depois de caracterizar o conceito de *práxis*, a autora reflete questões relacionadas com a EaD e a Educação do Campo, concluindo, dentre outras questões, a necessidade desta última assumir um papel crítico como *práxis* de resistência e de libertação como parte das lutas pela constituição de um sistema de poder efetivamente democrático e popular. Além disso, vale conferir neste trabalho, a apresentação de um

conjunto de proposições que Sara considera de fundamental importância para qualificar a práxis de um projeto popular de Educação do Campo pensado e executado por docentes das Instituições de Ensino Superior, da Educação Básica e por todas as organizações e grupos populares diretamente envolvidos com o movimento da Educação do Campo.

Cílson César Fagiani, Fabiane Santana Previtali e Afrânio Mendes Catani apresentam o capítulo **“A educação escolar sob os impactos da nova gestão pública e das tecnologias digitais”**, onde problematizam criticamente o trabalho docente na educação básica brasileira, com ênfase nas políticas implementadas no Estado de Minas Gerais, considerando-se o novo patamar de desenvolvimento da divisão sociotécnica do trabalho e as reformas implementadas pelo Estado. Partindo de uma crítica radical aos processos de reestruturação produtiva do mundo do trabalho globalizado e sua relação com as tecnologias digitais, os autores e a autora analisam a Educação e a lógica instituída pela “Nova Gestão Pública” (NGP), assim como também, abordam as suas implicações econômicas, sociais e ideológicas no Estado de Minas Gerais, e mais especificamente, no âmbito do trabalho docente. Depois de afirmar que a educação não deve ser vista como mercadoria, os autores e a autora, explicitam claramente como as tecnologias digitais vem interferindo no mundo do trabalho docente, exigindo desta classe uma profunda reflexão e a necessidade de resistir aos imperativos do capital e da NGP mediante o necessário resgate das lutas coletivas.

Carlito Cordeiro Filho e Eloy Alves Filho refletem criticamente sobre a necessidade de prevenir o dolo e a omissão da escola diante da presença da cultura do Bullying, no artigo **“Bullying escolar: formação docente para prevenir o dolo e omissão da escola”**. Depois de refletir sobre o sentido/significado e o processo histórico do *Bullying*, os autores realizam uma análise exploratória da nova lei nacional de combate ao *bullying*, No. 13.185/2015, seguido de um debate sobre as implicações desta prática social no desempenho escolar e das responsabilidades civil do Estado em casos de omissão. Fundamentados numa experiência de implementação da citada lei, os autores apresentam um conjunto de resultados e encaminhamentos necessários à sua efetiva implementação, seguido de uma série de considerações relacionadas, dentre outros aspectos, pela necessidade do Estado assumir institucionalmente a sua responsabilidade nesta questão, e de serem construídas redes solidárias e inclusivas na escola, capazes de transformar as salas de aula em espaços marcados por

“experiências de vida agradáveis, positivas e enriquecedoras”. Para estes autores, cabe às pessoas educadoras, tomarem consciência crítica do Bullying e suas nefastas implicações, tanto físicas e psíquicas, quanto nos processos de aprendizagem das pessoas educandas.

No artigo **“Sequência de ensino investigativa no ensino de Ciências: uma pesquisa com uma classe de idosos do PME A - Programa Municipal de Educação de Adultos, níveis 1, 2 e 3”**, as autoras Débora Rocha e Sandra Gonçalves Vilas Bôas, apresentam o resultado de uma pesquisa de mestrado desenvolvida junto ao Programa de Mestrado Profissional em Educação: Formação docente para Educação Básica, UNIUBE/Campus Uberlândia, relacionada com um referencial teórico-metodológico utilizado na implementação de uma “Sequência de ensino investigativa” (SEI). Além de caracterizar procedimentalmente a estrutura e o funcionamento de uma SEI intitulada “Condução de água nas plantas”, foi vivenciada num programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) com pessoas acima de 65 anos de idade, as autoras descrevem e analisam criticamente esta atividade utilizando-se da Análise de Conteúdo e da técnica de Triangulação de dados com a finalidade de compreender os diferentes aspectos que fundamentaram o trabalho realizado. Depois de verificar o valor e a importância da SEI vivenciada, as autoras concluem que esta proposta de ensino contribui de forma significativa para a compreensão de conteúdos específicos da área de Ciências, desde que sejam considerados relevantes, devidamente contextualizados, e que promovam o desenvolvimento de habilidades necessárias ao fazer científico.

Prezado leitor, prezada leitora, se você se interessou, seja qual for o motivo, em conhecer a práxis da Educação Popular em suas mais variadas manifestações, então tenho certeza de que surgirá em você, a motivação e a preparação necessária para ler à vontade o conteúdo desta obra, ou do que “virá a seguir” deste Prefácio.

Abraços solidários

Prof. Dr. Gabriel Humberto Muñoz Palafox
Universidade Federal de Uberlândia
Fevereiro de 2021.